

Ao
Banco Central do Brasil

Ref.: Demonstrações Financeiras 31/12/2024e 31/12/2023

Em atendimento a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, encaminhamos as Demonstrações Financeiras na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme segue abaixo:

- Relatório da administração;
- Relatório dos auditores independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de resultado do exercício;
- Demonstração dos resultados abrangentes;
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;e
- Notas explicativas às demonstrações financeiras;

A administração da Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A. é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Sem mais, subscrevemo-nos.

Henrique Souza e Silva Peretto
CPF: 151.935.858-09

Fernando Felipe Falcão
1CE027208/O-3 'T' SP

CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

(Em milhares de Reais)

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração
Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A. (“Companhia” ou “Cartos”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A CARTOS SCD S/A teve sua licença de operação autorizada pelo Banco Central do Brasil em julho de 2019. A empresa tem como estratégia a originação das carteiras de crédito para pessoa física, com crédito pessoal e consignado, público e privado, e pessoa jurídica. Também atua com serviços financeiros para o mercado de Banking as a Service, sempre alinhado com seguidos avanços em tecnologia e escala para dar sequência as diretrizes de expansão.

A estratégia e posicionamento passa por uma revisão a cada semestre, ou sempre que necessário, de acordo com as condições econômicas, legal, mercado e política de momento.

Seguindo a estratégia de expansão, atuamos na bancarização de operações de crédito, sendo a sua maioria para crédito pessoal. Para os dois próximos anos, esperamos um crescimento na atuação para pessoas físicas em crédito consignado, público e privado, e no mercado de Banking as a Service, com o crescimento de plataformas digitais de nicho a nível nacional.

Diversas ações de investimento em tecnologias seguem sendo tomadas pela Diretoria, passando por melhorias de segurança, prevenção a fraude, eficiência e sistemas de gestão de ativos de crédito, sempre com a orientação das melhores práticas de mercado.

Todas as decisões estratégicas tomadas pela Diretoria são pautadas no código de ética da instituição e são periodicamente avaliadas, em busca de agregar valor ao capital, em busca de assegurar um balanço sólido com rentabilidade consistente, dentro dos limites de risco estabelecido pela Diretoria.

A Diretoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo –SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Obrigações por empréstimos

Conforme descrito na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 a Cartos SCD possuía obrigações por empréstimos com instituições financeiras no montante de R\$ 453 mil (R\$ 1.340 mil em 31 de dezembro de 2023). Esses recursos foram utilizados para investimento em tecnologia e parte em operações de crédito, se encerrando em junho de 2025. De acordo com o artigo 3º da Resolução nº 4.656/18 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), de 23 de abril de 2018, às entidades classificadas como sociedade de crédito direto têm por objetivo a realização de operações de crédito com utilização de recursos que tenham como única origem o capital próprio.

A Companhia formalizou junto ao Banco Central do Brasil o compromisso de liquidação das operações de crédito, nos prazos contratados com as instituições financeiras, bem como a não realização de novas operações, sendo concedido um prazo até 01 de junho de 2025 - (731 dias corridos a contar a partir de 02/06/2023), conforme acordado com a supervisão do Banco Central.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2 SP 015090/O-5



Wilson Ramos Souza Junior
Contador CRC 1 SP 286020

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**Balanco patrimonial****(Em milhares de reais)**

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		132.133	63.253	Circulante		129.652	61.212
Disponibilidades	4	8.912	1.261	Captação de Recursos	9	453	910
Títulos e Valores Mobiliários	5	719	1.034	Obrigações por Empréstimos		453	910
Outras Reservas Livres	10	119.347	57.751	Outros depósitos	10	119.347	57.751
				Recursos disponíveis de clientes		119.347	57.751
Operações de Crédito	6	322	1.047	Outras obrigações		9.853	2.551
Empréstimos Concedidos		329	1.145	Fiscais e previdenciárias	11	3.767	1.496
(-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito		(8)	(98)	Diversas	12	6.085	1.055
Outros créditos	7	2.834	2.160	Não Circulante			
Adiantamentos diversos		788	383	Captação de Recursos	9	-	430
Créditos Tributários		2	24	Obrigações por Empréstimos		-	430
Impostos a compensar		1.053	523				
Devedores diversos		991	1.230				
Não Circulante		2.117	1.657	Patrimônio líquido	13	4.598	3.268
Operações de Crédito	6	334	695	Capital de domiciliados no país	13.a	4.000	3.000
Empréstimos Concedidos		334	695	Outras Reservas de Lucros		414	158
Imobilizado	8	2.567	1.422	Reserva Legal	13.b	184	110
Depreciação	8	(784)	(460)				
		134.251	64.910			134.251	64.910

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstração do resultado
(Em milhares de reais)

	Notas	2º Semestre	Exercício	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da intermediação financeira	15	128.142	204.081	39.388
Operações de crédito		65.185	89.075	24.421
Rendas com prestação de serviços		59.100	108.458	13.440
Resultado de títulos e valores mobiliários		3.857	6.549	1.527
Despesas da intermediação financeira		217	90	(87)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		217	90	(87)
Resultado bruto da intermediação financeira		128.359	204.171	39.301
Outras receitas (Despesas) operacionais		(127.284)	(201.784)	(38.584)
Despesas de pessoal	17	(2.873)	(5.684)	(1.332)
Outras despesas administrativas	18	(108.071)	(169.545)	(33.476)
Despesas tributárias	19	(14.581)	(23.914)	(4.423)
Outras receitas operacionais	20	71	86	1.015
Outras despesas operacionais	21	(1.830)	(2.727)	(368)
Resultado operacional		1.075	2.387	717
Resultado antes da tributação sobre o lucro/Prejuízo e participações		1.075	2.387	717
Imposto de Renda	13.b	(211)	(463)	(39)
Contribuição Social	13.b	(80)	(175)	(23)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.a	(52)	(22)	21
Lucro/Prejuízo do período		731	1.727	676
Número de ações		4.000	4.000	3.000
Lucro/Prejuízo por ação		R\$ 0,18	R\$ 0,43	R\$ 0,23
As notas explicativas integram as demonstrações contábeis				

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais)

	2° Semestre	Exercício	
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo do exercício	731	1.727	676
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do semestre/exercício	731	1.727	676

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2023		3.000	-	39	35	-	3.074
Outros eventos:							
Outros				44	(35)		9
Lucro do exercício		-	-	-	-	676	676
Destinações:							
Distribuição de lucros		-	-	-	-	(491)	(491)
Constituição de reservas				27	158	(185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.000	-	110	158	-	3.268
Saldos em 01 de janeiro de 2024		3.000	-	110	158	-	3.268
Outros eventos:							
Outros		1.000		-	-		1.000
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.727	1.727
Destinações:							
Distribuição de lucros		-	-	-	-	(1.397)	(1.397)
Constituição de reservas				74	256	(330)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.000	-	184	414	-	4.598
Saldos em 30 de junho de 2024		4.000	-	110	1.154	-	5.264
Outros eventos:							
Lucro do semestre		-	-	-	(997)	731	(266)
Destinações:							
Distribuição de lucros		-	-	-	-	(401)	(401)
Constituição de reservas		-	-	74	256	(330)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.000	-	184	414	-	4.598

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa****(Em milhares de reais)**

	2 ° Semestre	Exercício	
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	1.112	3.379	950
Lucro/Prejuízo líquido	731	1.727	676
Ajustes:			
Depreciação	181	325	146
IRPJ/CSLL	322	639	62
Ajuste de avaliação patrimonial	22	22	(21)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(217)	(90)	87
Perdas com fraudes	410	912	-
Outros	(337)	(156)	-
(Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	(50.474)	(60.757)	(48.033)
Títulos e valores mobiliários	2.093	315	(123)
Operações de crédito	2.257	1.177	186
Outros depósitos	(54.222)	(61.596)	(49.459)
Outros créditos	(602)	(653)	1.363
Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	58.112	68.897	50.155
Outros depósitos	54.222	61.596	49.506
Outras obrigações	3.891	7.302	649
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.750	11.519	3.072
Aquisição de ativo imobilizado	(411)	(1.154)	(417)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(411)	(1.154)	(417)
Dividendos distribuídos	(1.150)	(1.150)	(491)
Juros sobre capital próprio pagos	(232)	(247)	-
Empréstimos e financiamentos	(818)	(1.317)	(1.742)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(2.200)	(2.714)	(2.233)
Redução em equivalentes de caixa	6.139	7.651	422
Equivalentes de caixa			
No início do período/semestre	-	1.261	839
No final do período/semestre	6.139	8.912	1.261
Aumento em equivalentes de caixa	6.139	7.651	422

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A **CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Cartos SCD”)**, CNPJ no 21.332.862/0001-91, iniciou suas atividades no ano de 2014, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1355, 12º andar, conj. 1202, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A Cartos SCD tem como objetivo principal a concessão de crédito consignado público e privado, crédito pessoal e operações estruturadas para empresas comerciais, indústrias e agronegócio. Também atua com serviços financeiros como conta digital, pagamentos instantâneos (PIX), transferência eletrônica disponível (TED) e a emissão e pagamento de boletos.

A Cartos Sociedade de Crédito teve sua autorização emitida pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2019, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União, sucedendo a Cartos SCM que teve sua licença autorizada pelo Bacen em 2014. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. A Cartos SCD é classificada como “S5”.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a 14 imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2025.

Moeda Funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis**a. Apuração do resultado:**

A **Cartos SCD** reconhece as receitas e despesas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para a apropriação da receita de natureza financeira. Para as receitas e despesas com natureza financeira, é considerado como base método exponencial, exceto para aquelas que são relativas a títulos descontados, que são utilizados como base o método linear.

b. Disponibilidades:

As disponibilidades são caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e alterações subsequentes que, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

São registradas as aplicações ao custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Instrumentos financeiros:

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, a Administração poderá classificar os títulos e valores mobiliários que fazem parte da carteira considerando três categorias distintas, tais quais:

(i) Títulos para negociação: os títulos classificados como para negociação são apresentados no ativo circulante, sem levar em consideração os seus vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Sua avaliação é feita a valor de mercado, sendo o seu resultado a diferença da valorização ou desvalorização registrado no resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: são títulos adquiridos pelo banco que serão mantidos em carteira até o vencimento. Eles são avaliados pelo custo de aquisição, sendo acrescidos dos rendimentos no período. Caso seja constatado perdas permanentes, estes são computados diretamente no resultado.

(iii) Títulos disponíveis para venda: são compreendidos como títulos que não serão negociados com determinada frequência, ou mesmo adquiridos para investimentos. Sua finalidade é para reservas de liquidez, garantias ou mesmo proteção contra riscos. Os seus rendimentos registrados de acordo com as taxas de aquisição, ou mesmo suas possíveis perdas permanentes são registradas no resultado. Sua avaliação é por marcação a mercado, sendo a sua valorização ou desvalorização, lançados em conta do patrimônio líquido, já considerando os efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado no momento de sua realização.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e 2023 nos itens (i), (ii) e (iii). O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13 e alterações.

A **Cartos SCD** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a **Cartos SCD** transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Cartos SCD em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separadamente.

e. Operações de crédito e provisões para crédito de liquidação duvidosa

A **Cartos SCD** reconhece as operações de crédito e os seus demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. As operações são classificadas de acordo com seu nível de risco, levando em consideração o julgamento da Administração, sempre observando os parâmetros estabelecidos na Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil de 21 de dezembro 1999, que requer uma análise periódica da carteira de crédito e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (sem risco) e “H” (perda). As rendas geradas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, são reconhecidas como receita, quando do seu efetivo recebimento, independentemente de seu nível de risco. As operações classificadas como nível “H” ficam neste nível pelo prazo de seis meses, contados a partir de sua transferência para este nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seu controle é feito por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não fazendo parte da carteira de créditos do balanço patrimonial.

f. Imobilizado e intangível:

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, tais como:

- Custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos

g. Passivos financeiros não derivativos:

A **Cartos SCD** reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Cartos SCD se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A **Cartos SCD** desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

h. Capital Social

A sociedade é formada por quotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00 e é composta e mensurada pelo valor histórico das subscrições realizadas pelos sócios-quotistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Cartos SCD em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Para as operações com créditos adquiridos a Cartos SCD identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

j. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

k. Ativos e passivos contingentes

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

- Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

l. Imposto de renda e contribuição social

A Cartos SCD está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

m. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do período e não expira.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

n. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve resultado classificado como não recorrente.

4 Disponibilidades

Refere-se a disponibilidades em conta corrente da Cartos SCD S.A

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	8.912	1.261
Total	8.912	1.261

5 Títulos e Valores Mobiliários

Estão representados por aplicações com quotas de fundos de investimento, com liquidez, e totalizaram R\$719 (R\$1.034 em 31.12.2023).

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor de custo	Valor mercado/contábil	Valor de custo	Valor mercado/contábil
Carteira própria	719	719	1.034	1.034
Títulos disponíveis para venda	719	719	1.034	1.034

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Operações de Crédito

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos, que totalizaram R\$663(R\$1.840 em 31.12.2023). Não tivemos para a data base operações renegociadas.

Classificação das Operações de Crédito:

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA POR NÍVEIS DE RISCO

Níveis	situação	31/12/2024		31/12/2023	
		operações	provisão	operações	provisão
NÍVEL A	em dia	596	(3)	1.464	(7)
NÍVEL B	atrasos até 30 dias	15	-	141	(2)
NÍVEL C	Vencidos de 31 a 60 dias	30	(1)	81	(3)
NÍVEL D	atrasos de 61 a 90 dias	18	(2)	22	(2)
NÍVEL E	atrasos de 91 a 120 dias	-	-	24	(7)
NÍVEL F	Vencidos de 121 a 150 dias	4	(2)	-	-
NÍVEL G	atrasos de 151 a 180 dias	-	-	103	(72)
NÍVEL H	atrasos de 181 a 360 dias	-	-	5	(5)
		663	(8)	1.840	(98)

Na data-base houve constituição de provisão s/ perdas de operações de crédito, e que representa a melhor estimativa da Administração para perdas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$8(R\$98 em 31.12.2023).

Movimentação PDD 31.12.2024

Saldo Inicial	Constituição	Reversão	Baixas	Saldo final
(98)	(226)	316	-	(8)

7 Outros Créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Outros Créditos	2.834	2.160
Adiantamentos Diversos	788	383
Créditos Tributários	2	24
Impostos a Compensar	1.053	523
Pagamentos em Duplicidades a recuperar	-	150
Contas a Receber – Intercompany	-	559
Clientes - Faturamento	947	-
Devedores diversos	44	521

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Imobilizado de Uso

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso a uma taxa de 10%, sistemas de processamento de dados e computadores e periféricos a uma taxa de 20%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2023			31/12/2024
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	136	60	-	196
Sistema de Processamento de Dados (i)	1.286	1.086	-	2.372
Depreciação	(460)	(325)	-	(785)
Total	962	821	-	1.783

- (i) Refere-se ao desenvolvimento de soluções internas de Software para atender os novos produtos de Banking as a Service, bem como para melhorias dos sistemas em segurança, prevenção a fraude e eficiência

9 Obrigações por empréstimos

A **Cartos SCD** realizou a contratação de cédulas de crédito bancário com as seguintes características:

Contrato	Data da contratação	Valor Contratado	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Encargos	Prazo de liquidação (em meses)
CG BRAD	16/10/2023	500	-	150	16,7652% juros a. a	3 meses
9730/22	13/05/2022	2.000	453	1.190	22,42% juros a. a	36 meses
Total		6.800	453	1.340		

Os créditos foram contratados para fins de financiamento de capital de giro e aquisição de ativo imobilizado, e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado.

Conforme apontamento 6639, em 15/06/2023 a Cartos SCD firmou um compromisso junto ao Banco Central do Brasil para liquidação de todas as obrigações com empréstimos até a data de sua liquidação em 01/06/2025.

10 Outras Reservas/Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 os depósitos estão representados por saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas de clientes, que se constituem patrimônio separado, que não se confunde como da instituição de pagamento, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**a. Outras Reservas**

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Outras Reservas	119.347	57.751
Outras reservas	119.347	57.751

b. Depósitos

Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos	119.347	57.751
Depósitos	119.347	57.751

No ano de 2024 a Cartos SCD aumentou significativamente a sua base de clientes em contas de moeda eletrônica. Isso ocorreu devido as novas parcerias de negócios, bem como com a atuação junto a parceiros de negócio com o Pix indireto, sendo a Cartos SCD o centralizador das chaves junto ao Banco Central do Brasil.

11 Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	3.767	1.496
IOF a recolher	1.510	563
Provisão IRPJ e CSLL	793	155
Impostos retidos s/ serviços de terceiros	610	159
Impostos s/ folha de pagamento	1	4
Pis/Cofins/ISS	853	615

12 Diversos

	31/12/2024	31/12/2023
Diversas	6.085	1.055
Despesas de Pessoal	3	12
Fornecedores	3.032	324
Contas a pagar intercompany	289	334
Créditos de terceiros	1.150	189
Outras - transitórias operações(i)	1.611	196

(i) São referentes a cessões a liberar, não apresentadas no período. Os créditos foram reapresentados no período subsequente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**13 Patrimônio líquido****a. Capital social**

Em 30 de junho de 2024 o capital social é de R\$ 4.000.000,00 (três milhões de Reais), composto por 4.000.000 (três milhões) de quotas, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023, o capital social era de R\$3.000.000,00 (três milhões de Reais), composto por 3.000.000 (três milhões) de quotas, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço.

Em 29 de fevereiro de 2024 foi solicitado junto ao Banco Central do Brasil o aumento do Capital no montante de R\$ 1.000.000,00. A Sociedade obteve sua aprovação em 27 de junho de 2024, através do Ofício nº265660/2024-BCB/Deorf/GTSP2, aumentando o capital social da Cartos SCD para o montante de R\$4.000.000 (quatro milhões de Reais), conforme publicado no Diário Oficial - Seção 3 Página 201 em 01 de julho de 2024.

b. Reserva de lucros**Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido anual, ajustados nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

14 Imposto de renda e contribuição social**a. Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias**

A **Cartos SCD** possui direitos sobre despesas temporariamente indedutíveis sobre a provisão para devedores duvidosos, cuja perda definitiva ainda não reuniu as condições de dedutibilidade permitida pelas regras do imposto de renda, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias, cujo valor totalizam R\$22(R\$21 em 31.12.2022). No referido período não foram constituídos créditos tributários provenientes de prejuízo fiscal.

	31/12/2024	31/12/2023
	(8)	(98)
Provisão de PCLD		
IRPJ Diferido (15%)	(14)	13
CSLL Diferido (9%)	(8)	8
Total	(22)	21
b. Impostos Correntes		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos impostos correntes é a seguinte:

	31/12/2023		31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	366	366	366	366
Adições	89	89	89	89
Exclusões	(127)	(127)	(127)	(127)
Compensação de Prejuízos	(98)	(98)	(98)	(98)
Base tributária	230	230	230	230
Alíquota IRPJ (15%) - CSLL (9%)	34	21	34	21
Alíquota IRPJ (10%)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	34	21	34	21

15 Provisão para contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados ou divulgados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), aprovado também pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Logo, para o período não possuímos processos com prognóstico de perda provável e/ou possível.

16 Receitas da Intermediação Financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela **Cartos SCD**.

As receitas com títulos e valores mobiliários também fazem parte das receitas de intermediação financeira as rendas decorrentes da aplicação de recursos disponíveis, reconhecendo no período os juros incorridos. Por fim, as receitas de prestação de serviços, estão representadas pelas tarifas cobradas de seus clientes nas operações realizadas no ano.

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de intermediação financeira	128.142	204.081	39.388
Operações de crédito	65.185	89.075	24.421
Rendas com prestação de serviços	59.100	108.458	13.440
Resultado de títulos e valores mobiliários	3.857	6.549	1.527

17 Despesas de Pessoal

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de pessoal	(2.873)	(5.684)	(1.332)
Despesas diretoria	(12)	(49)	(480)
Despesas proventos	(1.285)	(2.932)	(410)
Despesas benefícios	(926)	(2.043)	(332)
Despesas cursos e treinamentos	(2)	(4)	(4)
Despesas encargos sociais	(647)	(656)	(106)

18 Outras despesas Administrativas

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas administrativas	(108.071)	(169.545)	(33.476)
Despesas de água/energia	(37)	(59)	-
Despesas de aluguéis	(627)	(1.064)	(649)
Despesas de comunicação	(22)	(39)	(51)
Despesas manutenção e conservação de bens	(123)	(205)	(192)
Despesas de material	(21)	(56)	(24)
Despesas de processamento de dados	(4.516)	(8.200)	(2.717)
Despesas de Publicidade	(200)	(364)	(237)
Despesas de seguros	(4)	(6)	(4)
Despesas serv. sistema financeiro	(2.703)	(4.011)	(674)
Despesas de serviços de terceiros	(98.804)	(153.894)	(27.676)
Despesas serv. técnicos especializados	(453)	(801)	(283)
Despesas de transportes	(32)	(54)	(12)
Despesas de viagens no país	(84)	(142)	(259)
Outras despesas administrativas	(445)	(650)	(698)

19 Despesas tributárias

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas tributárias	(14.581)	(23.914)	(4.423)
Despesas contribuição PIS	(2.064)	(3.290)	(663)
Despesas contribuição COFINS	(9.569)	(15.225)	(3.058)
Despesas contribuição ISS	(2.920)	(5.357)	(624)
Despesas outros impostos e taxas	(28)	(42)	(78)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas operacionais	71	86	1.015
Outras rendas de operações de Crédito	52	57	1.001
Recuperação de Prejuízos (i)	19	29	14

(i). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízos no montante de R\$29 (R\$14 em 31 de dezembro de 2023).

21 Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas operacionais	(1.830)	(2.727)	(368)
Despesas de depreciação	(180)	(323)	(146)
Desconto operações de crédito	(77)	(96)	(18)
Despesas com operações de crédito	(1.163)	(1.239)	(201)
Perdas com fraudes	(410)	(912)	-
Outras despesas operacionais	-	(157)	(3)

22 Estrutura de gerenciamento de riscos

A **Cartos SCD** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a **Cartos SCD** mantém uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **Cartos SCD**, no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Os processos de gestão de riscos da **Cartos SCD**, conta com as seguintes frentes de atuação para os riscos de mercado, crédito, liquidez, capital, operacional, conformidade e controles internos as quais estão sujeitas a instituição:

A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles internos baseados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Grupo. Estas áreas monitoram os riscos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inerentes às operações e/ou processos, que são periodicamente submetidos a revisões, com o objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Tais estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da **Cartos SCD** tem como base a Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A **Cartos SCD** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

b. Risco de Crédito e Contraparte

A **Cartos SCD**, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da **Cartos SCD** na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da **Cartos SCD** realizar o monitoramento (analisar, aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico das carteiras e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê**.

O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias. Na análise final o crédito é aprovado ou reprovado no comitê.

Em relação ao Risco de Contraparte, a **Cartos SCD** busca negociar prioritariamente ativos com bom histórico de liquidez. Os clientes são selecionados com base em critérios qualitativos, tanto no que tange a qualidade das informações, quanto pela robustez da instituição.

c. Riscos de Liquidez

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Na **Cartos SCD**, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação dele. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos. Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

d. Risco de capital

A Companhia possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17. A Companhia está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN

e. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **Cartos SCD** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitara ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e de ferramentas de uso por parte da gestão.

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos às leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de auto-regulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da **Cartos SCD** e a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situações de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

f. Risco de Conformidade

Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, aos códigos de ética e de conduta. Ainda, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da SCD nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”) e Circular BACEN nº 3.978/20.

g. Risco de Controles Internos

O time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia. As principais atividades da área de controles internos são:

- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para monitorar e mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
- Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não identificados;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados por auditorias; e
- Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

23 Limite operacional

A Cartos SCD é optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) disciplinada pela Resolução CMN nº 4.606/17. Na data-base 31 de dezembro de 2024, a Cartos SCD apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 2.953 e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo risco 29 ("RWA"), era de R\$ 25.177 na forma simplificada (RWAs5) da Resolução nº CMN 4.606/17. Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, § 3º da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 16,25%, o equivalente a R\$ 4.091. A Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A. encontra-se em 31 de dezembro de 2024 em desconformidade com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, especificamente quanto ao Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), cujo índice atual encontra-se abaixo do mínimo regulatório de 16,25%, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021.

A instituição já está tratando o tema junto ao Banco Central e adotando medidas para regularização, incluindo retenção de lucros e reestruturação de capital, com o objetivo de restabelecer a conformidade com os requisitos mínimos de capital em prazo adequado.

24 Plano de implementação – Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabeleceu os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras, harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025. Como parte do plano de ação, foram iniciadas atividades de diagnóstico dos impactos contábeis, revisão de políticas internas, ajustes nos sistemas contábeis e treinamento das equipes envolvidas, com o objetivo de garantir a conformidade com os novos requisitos normativos e a adequada aplicação dos critérios de mensuração e reconhecimento definidos pelas referidas resoluções.

25 Eventos Subseqüentes

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve eventos subseqüentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.

Henrique Souza e Silva Peretto
CPF: 151.935.858-09

Fernando Felipe Falcão
1CE027208/O-3 'T' SP